



TERCEIRA REUNIÃO DA COALIZÃO PARA A LIBERDADE ACADÊMICA NAS AMÉRICAS

CHAMADO À AÇÃO

21 de novembro de 2024

No contexto da Terceira Conferência da Coalizão pela Liberdade Acadêmica nas Américas, realizada em Washington, D.C., nos dias 20 e 21 de novembro, os e as participantes lançam o seguinte Chamado à Ação:

1. **Liberdade Acadêmica.** Reconhecemos a importância dos avanços normativos nos níveis regional e internacional nos últimos quatro anos que afirmam a liberdade acadêmica como um direito humano autônomo e interdependente e a obrigação dos Estados de respeitá-la, protegê-la e cumpri-la. Apesar do avanço, esses princípios não estão sendo colocados em prática. Pedimos aos Estados, universidades e outras partes interessadas que cumpram os Princípios Interamericanos sobre Liberdade Acadêmica e Autonomia Universitária e as normas internacionais de direitos humanos. Também pedimos à comunidade internacional que estabeleça mecanismos para responsabilizá-los.
2. **Autonomia universitária.** A autonomia universitária é a pedra angular da liberdade acadêmica e fundamental para o cumprimento de sua missão em uma sociedade democrática. A autonomia universitária deve ser garantida em todas as suas dimensões: financeira, administrativa, pedagógica e física. Os Estados devem assegurar o financiamento adequado para o ensino superior e abster-se de novos cortes orçamentários.
3. **Democracia e educação.** As sociedades democráticas precisam de educação para a democracia. Para isso, a liberdade de ensinar e aprender é fundamental. Há um vínculo inextricável entre a liberdade acadêmica, o direito à educação e a democracia. É essencial que as instituições educacionais sejam espaços de diálogo, diversidade e reflexão crítica. Não há lugar para discurso de ódio e discurso discriminatório. Toda educação deve ser pluralista, inclusiva e promover os direitos humanos.
4. **As universidades são locais seguros para a pesquisa, o ensino e a troca respeitosa de ideias.** Os Estados e as instituições educacionais não devem silenciar, perseguir e criminalizar a comunidade educacional por ensinar, debater ou pesquisar qualquer questão, inclusive raça, gênero, os impactos do colonialismo e mudanças climáticas. Devemos acabar com a censura, a autocensura, o negacionismo e o



crecente descrédito de muitas de nossas instituições educacionais. A liberdade acadêmica não pode ser exercida em meio à intimidação ou ao medo. As instituições educacionais devem ser espaços livres de violência e ocupação policial ou militar, onde a manifestação pacífica da comunidade educacional possa ocorrer.

5. **Assimetrias de poder.** Reconhecemos que a produção de conhecimento e a liberdade acadêmica são afetadas por assimetrias de poder, violência estrutural e desigualdades sociais persistentes nas Américas, inclusive aquelas relacionadas à diversidade étnica/racial, de gênero, de classe, sexual e geográfica. Essas desigualdades se refletem na dinâmica da produção de conhecimento e do ensino, no acesso à educação e na implementação de políticas para proteger acadêmicos, acadêmicas e estudantes de ataques. Pedimos o reconhecimento dessas desigualdades e a elaboração e implementação de políticas e protocolos para superá-las.

6. **Violência sexual e de gênero.** A violência sexual e de gênero é um fenômeno generalizado, mas invisibilizado. Ela afeta professoras, estudantes e administradoras do sexo feminino e de gêneros diversos. É um problema institucional e de política pública em todas as Américas. No entanto, as vítimas são isoladas e privadas de seus direitos quando denunciam. Elas são revitimizadas, estigmatizadas e seus empregos e vidas podem estar em risco. Existem poucos protocolos para prevenir e combater a violência sexual e de gênero e, quando existem, sua implementação é ineficaz. Pedimos às autoridades, aos sistemas regionais e internacionais de direitos humanos e às instituições educacionais que abordem o problema e desenvolvam estratégias comuns para superá-lo.

7. **Implementação de normas internacionais sobre liberdade acadêmica e autonomia universitária.** Como um direito humano, os Estados e as instituições de ensino superior têm a responsabilidade de implementar normas, políticas e diretrizes para proteger a liberdade acadêmica e a autonomia universitária nas Américas. Traduzir as estruturas regionais e internacionais em legislação nacional e políticas públicas é um desafio de importância transcendental.

A CLAA e seus parceiros saem da III Conferência sobre Liberdade Acadêmica com esperança renovada e o compromisso de trabalhar juntos para tornar a liberdade acadêmica e a autonomia universitária uma realidade.